

ATA Nº 861 DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA 9ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2026.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos o Presidente Miguel deu início a sessão ordinária, saudando a todos os presentes. Após a aprovação da Ata Nº 860 da Sessão Ordinária anterior, e aberta às inscrições para a Tribuna, a Assessora iniciou a leitura da Ordem do Dia: **Projeto Nº 26/2026**. Autoriza a realizar a prorrogação da contratação emergencial de fisioterapeutas, serventes auxiliares de serviços gerais e auxiliar de saúde bucal, para atender necessidade excepcional e temporária; e dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em discussão, o Vereador Rogério Martinello salientou que o projeto trata da prorrogação de contratos de profissionais que já estão atuando no município. A medida se justifica pela necessidade de manter esses serviços em funcionamento, evitando a interrupção das atividades enquanto os contratos vão vencendo. Em seguida, o projeto foi aprovado por unanimidade. **Projeto Nº 27/2026**. Autoriza a abertura de Crédito Suplementar para a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em discussão, a Vereadora Josiane destacou que os recursos serão destinados a ações de educação ambiental nas escolas, promovendo a conscientização dos alunos; revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, com contratação de profissionais especializados; e, licenciamento de área para destinação correta de resíduos, como entulhos e restos de construção. A Vereadora destacou a importância dessas ações para a preservação ambiental e organização do município. Posteriormente o projeto foi aprovado por unanimidade. **Projeto Nº 28/2026**. Autoriza a abertura de Crédito Especial, visando devolução de saldo do Convênio FPE nº 959/2022, firmado com a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação; e, dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em discussão, a Vereadora Josiane declarou que o projeto trata da devolução de R\$ 39.980,45 ao Governo do Estado, referentes a recursos de um convênio para construção de açudes. O valor é composto por R\$ 21.034,08 de rendimentos de aplicação financeira; e, R\$ 18.946,37 de sobra do projeto, devido à economia na licitação e desistências durante a execução. Todos os beneficiários previstos foram atendidos, inclusive suplentes. Assim, a devolução é necessária para o encerramento do convênio e ajuste das contas. Em votação o projeto foi aprovado por unanimidade. **Projeto Nº 29/2026**. Altera o artigo 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.253, de 21 de maio de 2015, que regulamenta, no âmbito municipal, o vale alimentação, e dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em discussão, a Vereadora Marli destacou que o projeto se refere ao reajuste do vale-alimentação dos servidores municipais, com aumento de 11,11%, passando a R\$ 500,00. A Vereadora colocou que o benefício vem sendo reajustado gradualmente desde sua criação e, embora não seja um valor elevado, representa um importante complemento na renda dos servidores. Em seguida o projeto foi aprovado por unanimidade. **Projeto Nº 30/2026**. Altera o caput e o parágrafo único, do artigo 6º-A, da Lei Municipal nº 1.429, de 21 de dezembro de 2017, e dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em discussão, o Presidente passou a Presidência e fez uso da palavra destacando que o projeto se refere a incentivo à produção de silagem para pequenos produtores rurais. A proposta altera o modelo anterior e passa a estabelecer um valor de R\$ 300,00 por

hectare, com limite de até R\$ 6.000,00 por produtor (máximo de 20 hectares). O objetivo é incentivar a melhoria da produção e qualidade da silagem, com acompanhamento técnico da Emater para garantir a correta aplicação dos recursos públicos. Em seguida o Presidente reassumiu a presidência e colocou em votação o projeto onde foi aprovado por unanimidade. **Projeto Nº 31/2026.** Autoriza a abertura de Crédito Especial e Suplementar para a Secretaria Municipal de Assistência Social. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em discussão, o Vereador Rogério Antonio salientou que o projeto se refere a abertura de créditos (especial e suplementar) para a Secretaria Municipal de Assistência Social. Os recursos são provenientes do Governo Federal e serão destinados a R\$ 9.233,63 para o programa Auxílio Brasil; R\$ 11.674,92 para o Bolsa Família/Cadastro Único; e, R\$ 25.000,00 em crédito suplementar para continuidade dos serviços. O objetivo é adequar o orçamento e garantir a manutenção e melhoria do atendimento à população. Posteriormente o projeto foi aprovado por unanimidade. **Projeto Nº 32/2026.** Autoriza a realizar contratações, para atender necessidade excepcional e temporária, e dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em discussão, o Vereador Rogério Martinello salientou que embora já existisse autorização anterior para até cinco contratações, apenas três foram realizadas, e essa autorização não se aplica automaticamente para o novo ano. Dessa forma, o projeto busca permitir a contratação de mais três monitores, conforme a necessidade atual. Em seguida, o projeto foi aprovado por unanimidade. **Projeto de Lei Legislativo Nº 03/2026.** Altera o artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.255, de 21 de maio de 2015, que regulamenta, no âmbito do Legislativo Municipal, o Vale Alimentação, e dá outras providências. Em discussão, a Vereadora Marli salientou que como os servidores do Legislativo possuem legislação própria, foi necessário um projeto específico, garantindo o pagamento do benefício de forma proporcional à carga horária de cada servidor. Posteriormente o projeto de lei legislativo foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais projetos para discussão, o Presidente convocou a Vereadora Josiane para fazer uso da Tribuna. Saudando a todos, a vereadora trouxe informações sobre os conflitos na comunidade indígena, que resultaram na ocupação da quadra próxima à escola no dia 17. Como medida de segurança, o município suspendeu as aulas, as atividades da creche, do CRAS e da Câmara de Vereadores, além de realocar temporariamente alguns serviços, especialmente aqueles destinados ao atendimento de crianças. A Administração Municipal adotou providências, entre elas: acionamento da FUNAI; registro de boletim de ocorrência; e pedido de reintegração de posse, com prazo de cinco dias para desocupação. Informou ainda que o Prefeito está em Porto Alegre buscando apoio junto às autoridades estaduais. A vereadora destacou a preocupação com a segurança, tanto da comunidade em geral quanto dos próprios indígenas em situação de vulnerabilidade, e também manifestou frustração diante da falta de ação efetiva por parte dos órgãos responsáveis. Por fim, reforçou que o município está fazendo o que está ao seu alcance, aguardando as medidas legais dos órgãos competentes, e expressou o desejo de que a paz e a normalidade sejam restabelecidas o quanto antes. Na sequência, o Presidente agradeceu aos vereadores pela compreensão e presença diante de um momento atípico no município. Demonstrou expectativa de que a situação se resolva em breve, permitindo o retorno à normalidade já na próxima semana. Encerrando, convocou a próxima sessão ordinária para o dia 08 de abril de 2026, quarta-feira, às 19 horas, agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a

presente sessão. Posteriormente, foi lavrada a presente ata, que, após lida e discutida, será assinada pelos Vereadores presentes. Sala de Sessões, em vinte e seis de março de dois mil e vinte e seis.